



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE MATO GROSSO DO SUL
R. Desembargador Leão Neto do Carmo, 23 - Bairro Parque dos Poderes - CEP 79037-100 - Campo Grande - MS

TERMO DE REFERÊNCIA

ANEXO I PREGÃO ELETRÔNICO

CAPÍTULO I. DO OBJETO

1. O presente Termo de Referência tem por objeto determinar as condições que disciplinarão a aquisição de solução integrada única para banco de dados Oracle, doravante denominada apenas solução, pelo Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso do Sul.
2. A aquisição desses materiais será realizada mediante licitação na modalidade de PREGÃO, em sua forma eletrônica, do tipo menor preço, para aquisição imediata, conforme condições do Edital e deste Termo de Referência.

CAPÍTULO II - DA JUSTIFICATIVA

A máquina MS1, que abriga todos os bancos de dados administrativos do TRE-MS, possui atualmente algumas deficiências, sendo necessário atacar tais deficiências através da atualização do equipamento.

CAPÍTULO III. DA SOLUÇÃO, QUANTIDADE E PREÇO MÁXIMO

1. A descrição da solução a ser adquirida, respectiva quantidade e preço máximo admitido pelo TRE/MS, estão indicados abaixo.

ITEM 1 - Solução Integrada Única para Banco de Dados Oracle

1. ESPECIFICAÇÕES GERAIS

- 1.1. A solução completa deverá ser disponibilizada em um produto único, integrando hardware, armazenamento de dados em discos, memória, sistema operacional, sistema gerenciador de banco de dados e comunicação de rede entre as unidades de processamento (servidores) e armazenamento, sob responsabilidade do mesmo fabricante.
- 1.2. As licenças do sistema gerenciador de banco de dados serão fornecidas pelo TRE-MS.
- 1.3. Todos os componentes do appliance deverão ser integrados pelo próprio fabricante.
- 1.4. A arquitetura deverá ser projetada para o ambiente computacional para banco de dados de alta performance.
- 1.5. A solução deverá permitir a adequação da capacidade de armazenamento e processamento de seus componentes para atendimento às eventuais necessidades de crescimento de demanda, bem como a manutenção de bases transacionais no mesmo ambiente computacional, sem prejuízo de desempenho.
- 1.6. A solução deverá possuir características internas de redundância.
- 1.7. A solução deverá possuir capacidade de armazenamento all flash para todo o appliance com, no mínimo:
 - 1.7.1. 12.8 TB (doze terabytes e oitocentos gigabytes) brutos para o banco de dados, 480 GB (quatrocentos e oitenta gigabytes) para o sistema operacional e SGBD (Sistema de Gerenciamento de Banco de Dados) Oracle em espelhamento simples. Poderão ser ofertadas soluções com configuração e desempenho superiores ao solicitado.

2. DO PROCESSADOR

- 2.1. Possuir 01 (um) processador de no mínimo 16 (dezesesseis) núcleos (core) cada para processamento de banco de dados; Cache Level 1: 32 KB de instruções e 32 KB de dados L1 cache por core; Level 2: 1 MB shared data e instruções L2 cache por core; Level 3: Até 1.375 MB shared inclusive L3 cache por core; Frequência de clock nominal mínimo de 2.3Ghz.

2.2. O processador deverá estar em processo normal de fabricação.

2.3. O processador deverá suportar tecnologia multithreading.

3. DA MEMÓRIA

3.1. Deverá possuir no mínimo, 192 GB (6 x 32 GB) de memória RAM e deverá possuir interface DDR4.

3.2. Deverá ser possível expandir a quantidade de memória para no mínimo 384 GB (12 x 32 GB).

4. DOS DISCOS

4.1. A solução deverá ser entregue com a seguinte especificação de discos:

4.1.2. 2 (dois) discos SSDs de 480 GB M.2 SSDs (espelhados) para a instalação do sistema operacional e sistema de gerenciamento de banco de dados, com capacidade de “hot swap”;

4.1.3. 2 (dois) discos NVMe SSDs para armazenamento do banco de dados com capacidade total de 6.4 TB cada, configurado com espelhamento duplo (double mirroring), disponibilizando 5.8 TB de armazenamento líquido;

4.1.4. Os discos para o sistema operacional e SGBD deverão ser distintos dos discos para armazenamento do banco de dados.

5. DO SISTEMA OPERACIONAL E SOFTWARE DE GERENCIAMENTO DO APPLIANCE

5.1. Todos os softwares integrantes da solução devem suportar arquitetura de endereçamento de 64 bits.

5.2. O equipamento deverá ser fornecido com as licenças do sistema operacional Oracle Linux, multitarefa e multiusuário.

5.3. O sistema operacional deverá ser licenciado para o número máximo de CPU e núcleos do respectivo servidor e para um número ilimitado de usuários.

5.4. O sistema de gerenciamento do equipamento sob forma de appliance deverá permitir provisionamento e gerenciamento simplificados, integrado e do mesmo fornecedor do hardware.

5.5. O produto final esperado é representado por todos os softwares instalados, atualizados, em pleno funcionamento e com os pacotes de atualização (patches) aplicados.

5.6. Todos os softwares que compõem o appliance devem ser entregues com cessão de direito de uso permanente.

5.7. Possuir mecanismos de gerenciamento de carga (Workload) para permitir a gestão de recursos do equipamento e dos grupos de usuários consumidores de recursos.

5.8. Deverá possuir gerenciamento integrado do hardware e do banco de dados, permitindo criação e gerenciamento de banco de dados por linha de comando ou interface gráfica.

5.9. Deverá incluir sem custo a licença de virtualizador baseado em KVM, permitindo utilizar os recursos ociosos não alocados para o banco de dados, para virtualizar aplicações.

5.10. Deverá incluir assistência técnica e atualizações para o Hypervisor sem custos adicionais, durante a vigência da garantia.

5.11. Deverá incluir, sem custos, licenças ilimitadas de sistema operacional Oracle Linux para serem utilizados nas máquinas virtuais dentro da solução. Estas devem também incluir assistência técnica e direito a atualizações sem custos adicionais.

5.12. O sistema de Virtualização, Sistema Operacional e Gerenciamento do appliance devem ser do mesmo fabricante do hardware e suportado como uma única solução. No futuro o TRE-MS poderá optar pela virtualização, uma vez que já possuirá todos os itens necessários para a sua realização.

5.13. Deverá possuir função de criação automática de chamados para o fabricante em caso de falhas de hardware.

5.14. Deverá possuir capacidade de configuração de envio de alertas via syslog e SMTP.

5.15. Deverá ter compatibilidade para ativação sob-demanda dos núcleos dos processadores para utilização de licenciamento Oracle Database Enterprise Edition disponível e indicado pelo TRE-MS.

6. DOS REQUISITOS DE REDUNDÂNCIA

6.1. Possuir acionamento automático dos recursos de redundância em caso de falha.

6.2. Possuir ventiladores redundantes (N+1) e hot-pluggable, em sua totalidade para suportar a refrigeração do sistema interno em sua configuração máxima e dentro dos limites de temperatura de operação.

6.3. As fontes de alimentação deverão ser redundantes por fontes internas independentes, de tal forma que em caso de falha de uma das fontes, por defeito ou por falta de alimentação elétrica em um dos circuitos, o equipamento continue a funcionar sem prejuízo das aplicações.

6.4. As fontes de alimentação devem suportar tensão de entrada de 100 a 127 VAC e 200 a 240 VAC em 50 ou 60 Hz.

7. DOS REQUISITOS FÍSICOS DO APPLIANCE

7.1. Padrão 19 polegadas com 2U de altura no rack.

7.2. A arquitetura do servidor deve ser projetada pelo fabricante e desenvolvida especificamente para o modelo ofertado.

7.3. Deverá possuir no mínimo uma interface de rede Gigabit Ethernet e uma porta serial RJ45 para gerência.

7.4. Deverá possuir no mínimo duas portas USB 3.0.

7.5. Possuir, no mínimo, 3 (três) slots PCI-Express.

7.6. Possuir, no mínimo, duas interfaces 10GbE SFP+.

7.7. Toda a solução deverá estar interconectada e funcional.

7.8. Possuir canais suficientes para controlar a quantidade de discos suportada pelo servidor.

7.9. Deverá ser gerenciado através de uma única interface para todo o appliance.

7.10. As unidades de armazenamento deverão possuir mecanismos de tolerância a falhas, possibilitando a troca de um ou mais discos para manutenção sem a interrupção dos serviços e sem perda de dados.

7.11. As interfaces de rede Ethernet 1000/10000 Mbps deverão suportar operação em modo full duplex, protocolo SNMP, failover automático e balanceamento automático.

7.12. O appliance deverá ser entregue com todos os componentes de comunicação necessários para sua operação em rede, interligados e funcionais.

7.13. O appliance ofertado deverá possuir recurso de gerenciamento compatível com o padrão IPMI 2.0 que possibilite o gerenciamento remoto através de controladora de gerenciamento integrada com porta RJ-45 dedicada.

7.14. O gerenciamento remoto também deverá permitir o redirecionamento de teclado, vídeo e mouse; Montagem de mídia (USB, ISO, CD e DVD); Gerenciamento de energia e monitoramento; e, suportar Active Directory.

7.15. Deverão ser fornecidos cabos de energia IEC 320 C13-C14 para conexão às PDUs do TRE-MS.

7.16. O appliance deverá ser entregue com todos os acessórios, cabos ou qualquer outro material necessário para seu funcionamento conforme normas do fabricante.

8. DO SERVIÇO DE INSTALAÇÃO, CONFIGURAÇÃO, MIGRAÇÃO E TREINAMENTO HANDS-ON

8.1. O equipamento deverá ser instalado no rack indicado pela equipe técnica do TRE-MS, contemplando ainda a organização do cabeamento, fixação de trilhos, braços ou demais acessórios de montagem.

8.2. Deverá ser realizada a inicialização do appliance, com configuração básica do sistema operacional, instalação do SGBD Oracle Enterprise (instalação do tipo Bare Metal), ativação de licenciamento, configuração de interfaces de rede, criação de usuários para acesso, configuração do armazenamento (arrays, espelhamentos, etc.).

8.3. Deverá ser realizada a atualização de todos os softwares, firmwares e drivers que compõe a solução.

8.4. O equipamento deverá ser disponibilizado em pleno funcionamento, em conformidade com o disposto neste Edital e seus anexos, e em perfeitas condições de operação, de forma integrada ao ambiente do TRE-MS.

8.5. A instalação física do equipamento será realizada pelo fabricante, com acompanhamento da equipe técnica do Tribunal.

8.6. A instalação, configuração e testes do equipamento será igualmente acompanhada, visando o repasse de conhecimento e observados os padrões segurança do TRE-MS.

8.7. O equipamento deverá estar com todas as funcionalidades e recursos de hardware e software solicitados disponíveis e configurados.

8.8. Os sistemas de gerenciamento e de acionamento automático de assistência técnico (call home) também deverão estar ativos e em pleno funcionamento, levando consideração todas as características solicitadas.

8.9. A instalação e a configuração do equipamento deverão ocorrer preferencialmente em dias úteis, no horário de funcionamento do TRE-MS, ficando a cargo da CONTRATANTE a definição dos horários para configuração do equipamento em produção. Atividades a serem realizadas fora deste horário estarão sujeitas à aprovação prévia da equipe da Secretaria de Tecnologia de Informação.

8.10. Deverá ser executada a migração das databases Oracle para o appliance.

8.11. As janelas de migração deverão ser acordadas com a equipe técnica do TRE-MS.

8.12. Todos os componentes de hardware e software deverão funcionar em conjunto, simultaneamente, sem conflitos, de forma integrada entre eles e o ambiente de infraestrutura de TI da CONTRATANTE.

8.13. Ficará a cargo da contratada realizar a criação e os testes dos backups em disco e em fita do Oracle (Full e Archive Log) com uso da funcionalidade RMAN do software de backup do TRE-MS (VEEAM B&R, versão Enterprise).

8.14. Todos os serviços deverão ser realizados nas dependências do TRE-MS. Custos de deslocamentos deverão ficar a cargo da CONTRATADA.

8.15. Deverá ser fornecido um treinamento "hands-on" no appliance e seu software de gerenciamento;

8.16. Toda a solução deverá ser tratada como um projeto. A empresa CONTRATADA deverá entregar um planejamento dos passos a serem desempenhados desde a reunião inicial até o término do projeto. Deverá ser entregue ao final do projeto uma documentação com o "as built" de toda a solução implantada.

9. DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

9.1. Atestado(s) de capacidade técnica, emitido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando no mínimo a execução dos seguintes serviços:

9.1.1. Fornecimento de 1 appliance da empresa Oracle para execução de banco de dados Oracle;

9.1.2. Realização de serviços de instalação e configuração de banco de dados Oracle;

9.2. Para a comprovação da qualificação técnica, será admitido o somatório de atestados diversos apresentados pela licitante.

9.3. Os Atestados de Capacidade Técnica acima descritos poderão ser objeto de diligência por parte do(a) pregoeiro(a) para sua validação junto ao emissor.

9.4. As exigências acima são necessárias pois os serviços a serem realizados pela CONTRATADA são extremamente críticos para o Órgão. A empresa manuseará dados em produção e realizará serviços que exigem um alto grau de especialização para que sejam desempenhados com a qualidade esperada.

10. DA GARANTIA

10.1. A assistência técnica da fabricante deverá estar disponível 24 horas por dia, 7 dias por semana, incluindo feriados, mediante abertura de solicitação técnica por via telefônica ou on-line em portal próprio de garantia do fabricante da solução.

10.2. A assistência técnica deverá ser prestada na modalidade "on-site" no endereço onde o appliance estará instalado.

10.3. Em caso de defeitos, as peças afetadas deverão ser trocadas sem ônus ao TRE-MS, com substituição realizada por técnico habilitado e autorizado pela fabricante.

10.4. As peças definidas pelo fabricante como Customer Replaceable Unit (CRU) serão substituídas pelos técnicos do TRE-MS.

10.5. Estão inclusos, mas não limitados, os seguintes serviços na garantia:

10.5.1. Atualizações de programas e ferramentas, correções (patches), correções de segurança, alertas de segurança para o sistema operacional e softwares integrados;

10.5.2. Direito de uso do "My Oracle Support";

10.5.3. Direito de uso do "Oracle Enterprise Manager Ops Center";

10.5.4. Direito de uso do "Oracle Unbreakable Linux Network";

10.5.5. O modelo de atendimento deverá seguir as condições estabelecidas através do "Oracle Premier Support for Systems".

10.5.6. A garantia do equipamento deverá ser fornecida pelo fabricante por período mínimo 36 meses.

Marca Obrigatória: Oracle Database Appliance X8-2S

ITEM	DESCRIÇÃO	PREÇO MÁXIMO ADMITIDO	Intervalo mínimo
1	Solução Integrada Única para Banco de Dados Oracle	R\$ 342.678,01	R\$ 500,00

1.1. Em caso de divergência entre a descrição das soluções indicadas no SIASG/COMPRASNET e a constante deste Termo de Referência, prevalecerá esta última.

2. Para esta aquisição não haverá parcelamento do objeto, pois será adquirido somente uma unidade do produto impossibilitando a aplicação do percentual de 25% de cota para ME/EPP. Além disso, o sucesso da implantação da Solução (uso integral de toda a potencialidade técnica da Solução), depende de cada componente da Solução a ser adquirida, sejam eles componentes principais ou acessórios.

3. A indicação da marca da solução se dá em virtude de que a solução de software de banco de dados da Oracle já está em uso no TRE-MS, sendo mantida desta forma a máxima compatibilidade e homogeneidade, garantindo assim maior agilidade no gerenciamento, manutenção e integração entre o software de banco de dados já em uso no TRE-MS e os componentes da solução a ser adquirida.

4. A solução única deverá ser entregue por apenas uma empresa. Isso se deve ao fato de que a solução possui partes que se complementam. Entregar apenas o equipamento ou somente o serviço, em caso de algum problema com um dos itens específicos durante a licitação, acarretará em alto risco para o Órgão. Além disso, a escolha da STIC da Oracle, visa proteger o investimento já realizado, uma vez que o TRE-MS já possui licenças do software de banco de dados Oracle e o DBA do Órgão possui cursos de utilização do software de banco de dados Oracle.

5. Todas as licenças de softwares que acompanharão a solução deverão ser perpétua, isto é, após o final do prazo de garantia ou similar estipulado, o TRE-MS terá o direito de continuar utilizando o software sem restrições das funcionalidades. Porém, após o final do prazo de garantia, o TRE-MS não terá o direito a upgrades e atualizações de segurança.

CAPÍTULO IV. DA ANÁLISE TÉCNICA DAS PROPOSTAS

1. A análise técnica das propostas, quando necessária, será realizada pelos integrantes da equipe responsável pelo planejamento da contratação (integrante da área demandante e/ou integrante técnico) e visa à verificação da conformidade dos produtos ofertados pelas licitantes com as especificações indicadas neste Termo de Referência.

2. De modo a permitir a análise técnica, a licitante deverá indicar em sua proposta o nome da solução ofertada.

2.1. A licitante poderá indicar, também, sítio(s) na internet, preferencialmente do fabricante, onde possam ser obtidas informações sobre a solução ofertada.

2.2. A ausência e/ou insuficiência de informações sobre o produto ofertado poderá importar a desclassificação ou recusa da proposta.

3. O resultado da análise das propostas será informado às licitantes pelo Pregoeiro, através da ferramenta de conversação disponível no sistema COMPRASNET.

CAPÍTULO V. DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO E DO RECEBIMENTO DAS SOLUÇÕES

1. A solução deverá ser instalada e configurada na Secretaria de Tecnologia da Informação, sita na Rua Desembargador Leão Neto do Carmo, 23 – Jardim Veraneio, Campo Grande/MS, no horário de 08h às 19h, de segunda à sexta feira.

1.1. Nos termos do inciso III, art. 3º do Decreto nº 7.174/2010, quando cabível, para os produtos importados será exigido, no momento da entrega, a comprovação de origem dos mesmos e a quitação dos tributos de importação a eles referentes, sob pena de rescisão contratual e multa.

1.2. A entrega poderá ser realizada mediante fornecimento do “código de ativação” ou equivalente, viabilizando o recebimento através de download no sítio do fornecedor/fabricante, neste caso, os documentos exigidos na cláusula 1.1 acima deverão ser enviados juntamente com a apresentação da Nota Fiscal/Fatura.

2. O PRAZO MÁXIMO DE ENTREGA DO EQUIPAMENTO é de, no máximo, 60 (sessenta) dias corridos, contados do recebimento da Nota de Empenho. O PRAZO MÁXIMO PARA INSTALAÇÕES, MIGRAÇÃO e CONFIGURAÇÕES, é de no máximo, 120 (cento e vinte) dias, contados a partir da solicitação da fiscalização.

3. Caso a empresa verifique a impossibilidade de cumprir com os prazos de entrega estabelecidos, deverá encaminhar ao TRE/MS solicitação de prorrogação de prazo, da qual deverão constar: motivo do não cumprimento do prazo, devidamente comprovado, e o novo prazo previsto para entrega.

3.1 A comprovação de que trata esta cláusula deverá ser promovida não apenas pela alegação da empresa contratada, mas por meio de documento que relate e justifique a ocorrência que ensejará o descumprimento de prazo, tais como: carta do fabricante/fornecedor, laudo técnico de terceiros, Boletim de Ocorrência de Sinistro, ou outro equivalente.

3.2 Fica a licitante vencedora obrigada a enviar aviso de recebimento das mensagens eletrônicas que lhes são enviadas. Caso não o faça, considerar-se-á ciente do seu conteúdo, no 1º dia útil seguinte ao seu envio.

4. A solicitação de prorrogação de prazo será analisada pelo TRE/MS na forma da lei e de acordo com os princípios de razoabilidade e proporcionalidade, informando-se à empresa da decisão proferida.

5. Em caso de denegação da prorrogação do prazo, e caso não cumpra o prazo inicial, o fornecedor ficará sujeito às penalidades previstas neste termo de referência.

6. O recebimento provisório e definitivo da solução ficarão a cargo da equipe de apoio à contratação, conforme descrito a seguir.

7. O recebimento provisório será efetuado no momento da entrega, ou em até 2 (dois) dias úteis desta, compreendendo, dentre outras, as seguintes verificações:

a) a parte de hardware da solução deverá estar em sua respectiva embalagem original, se cabível, com a indicação do nome e versão na embalagem, bem como das demais características que possibilitem a correta identificação;

b) a parte de software que acompanha a solução deverá estar em sua respectiva embalagem original, se cabível, com a indicação do nome e versão na embalagem, bem como das demais características que possibilitem a correta identificação; ou, no caso de fornecimento de “código de ativação” ou equivalente, indicação do sítio na Internet e dos procedimentos necessários para realizar o download;

c) quantidade entregue;

d) apresentação do documento fiscal, com identificação do fornecedor e do comprador (TRE/MS), descrição, quantidade, preços unitário e total.

8. Atendidas as condições indicadas na cláusula 7 acima, será registrado o recebimento provisório mediante atestado no verso da Nota Fiscal, ou, em termo próprio.

8.1. O atestado de recebimento registrado em canhoto de nota fiscal, ou documento similar, não configura o recebimento definitivo do material.

9. O recebimento definitivo deverá ser efetuado em até 10 (dez) dias úteis, contados da data do recebimento provisório, satisfeitas as condições abaixo:

a) correspondência de nome e versão com os indicados na nota de empenho ou proposta da fornecedora;

b) compatibilidade com as especificações exigidas neste Termo de Referência e constantes da proposta da empresa fornecedora;

c) realização de testes, quando previstos no Termo de Referência ou caso a unidade recebedora entenda necessário;

d) conformidade do documento fiscal quanto à identificação do comprador (TRE/MS), descrição do material entregue, quantidade, preços unitário e total.

10. Verificada alguma falha no fornecimento, será feito o registro formal e informado à empresa fornecedora, para que proceda à sua correção no prazo de até 5 (cinco) dias úteis.

10.1. Ao prazo previsto neste item, aplica-se o disposto nos itens 3 a 5 deste Capítulo.

11. Competirá ao fornecedor arcar com ônus da retirada dos materiais cujas características se mostrem diversas das exigidas no instrumento convocatório.

12. O TRE/MS providenciará a guarda do material entregue em desconformidade por 60 (sessenta) dias, contados da notificação ao fornecedor.

12.1. Decorrido o prazo disposto na cláusula anterior, e não sendo retirado o material pelo fornecedor, o Tribunal não mais se responsabilizará pela guarda dos produtos, restando autorizado a promover a destinação que melhor aprover ao interesse público.

CAPÍTULO VI. DA FISCALIZAÇÃO

1. A fiscalização, o acompanhamento e a orientação relativos ao fornecimento dos equipamentos ficarão a cargo da equipe de apoio à contratação.

2. O contato entre o Tribunal e a empresa contratada será mantido, prioritariamente, por intermédio da fiscalização.

3. Caberão à fiscalização as seguintes funções:

a) acompanhar e fiscalizar o fornecimento da solução pela empresa contratada;

b) verificar eventuais falhas, erros ou não cumprimento de exigências estabelecidas no Edital, neste Termo de Referência, e contrato, solicitando, se couber, a imediata correção por parte da contratada;

c) exercer, em nome do Tribunal Regional Eleitoral/MS, toda e qualquer ação de orientação geral, decidir sobre questões técnicas e burocráticas dos serviços, sem que isto implique em transferência de responsabilidade, a qual será única e exclusivamente de competência da contratada;

d) comunicar à Administração o cometimento de falhas pela contratada, que impliquem comprometimento no fornecimento e/ou aplicação de penalidades previstas;

e) conferir e atestar a Nota Fiscal/Fatura emitida pela empresa contratada, encaminhando-a para pagamento;

f) outras atribuições pertinentes à contratação ou que lhe forem conferidas pela Administração.

CAPÍTULO VII. DA NOTA FISCAL/FATURA E DOS DOCUMENTOS QUE DEVEM ACOMPANHÁ-LA

1. A Nota Fiscal/Fatura deverá ser emitida, preferencialmente, em meio eletrônico e conter a indicação do nome da solução fornecida, conforme a discriminação da Nota de Empenho, quantidade e os preços unitário e total.
2. Para fins de atendimento a IN/RBF 1.234, de 11/01/2012 (alterada pela IN/RBF nº 1.244/2012), a empresa deverá informar no documento fiscal os valores detalhados das contribuições federais a serem retidos na operação, exceto se a empresa for OPTANTE PELO SIMPLES.

CAPÍTULO VIII. DO PAGAMENTO

1. O pagamento será efetuado nos seguintes percentuais:
 - 1.1. 60% (sessenta por cento) do valor total da contratação, após a entrega do hardware que compõe a solução;
 - 1.2. 40% (quarenta por cento) do valor total da contratação, após a finalização dos serviços de configuração, testes dos backups e entrega da documentação da solução.
2. Os pagamentos serão efetuados, mediante depósito em conta corrente registrada em nome da pessoa jurídica vencedora do certame licitatório, no prazo de 7 (sete) dias úteis após o recebimento definitivo pela fiscalização e/ou do recebimento do documento fiscal.
4. O procedimento de pagamento da Nota Fiscal só se efetivará após a comprovação da existência de conta bancária válida e ativa em nome da empresa, além da regularidade fiscal (INSS/FGTS) e trabalhista.
5. Será retida na fonte, caso a empresa não seja OPTANTE PELO SIMPLES, sobre o valor da Nota Fiscal/Fatura, a alíquota dos seguintes impostos:
 - a) Imposto de Renda, Contribuição Social Sobre Lucro Líquido (CSLL), Cofins e Pis/Pasep, nos termos da Lei 9.430/96, salvo opção da empresa pelo SIMPLES – Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e empresas de Pequeno Porte, hipótese em que o fornecedor deverá comprovar a Opção;
 - b) Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISSQN, se este for devido.
6. Em caso de atraso no pagamento por parte do Tribunal, os valores a serem pagos serão atualizados, desde a data final do período de adimplemento de cada parcela até a data do efetivo pagamento, mediante a aplicação da seguinte fórmula: $EM = I \times N \times VP$, onde: EM = Encargos Moratórios; N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento; VP = Valor da parcela em atraso; I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado: $i = \text{taxa percentual anual do valor de } 6\%, I = i / 365 \rightarrow I = (6/100) / 365$.

CAPÍTULO IX – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

1. As sanções administrativas estão disciplinadas na minuta do contrato (Anexo II).

CAPÍTULO X. DOS DIREITOS E DEVERES DO TRE-MS

1. Requisitar o fornecimento da solução, na forma prevista neste Termo de Referência e na minuta do contrato (Anexo II).
2. Exigir do fornecedor o fiel cumprimento das obrigações decorrentes desta contratação.
3. Verificar a manutenção pelo fornecedor das condições de habilitação estabelecidas na licitação.
4. Aplicar penalidades ao fornecedor, por descumprimento contratual.
5. Efetuar o pagamento ao fornecedor, de acordo com as condições de preço e prazo estabelecidos neste Termo de Referência.

CAPÍTULO XI. DOS DIREITOS E DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

1. Realizar o fornecimento e os serviços acessórios decorrentes desta contratação na forma e condições determinadas no Edital, neste Termo de Referência e no Contrato (Minuta constante no anexo II).
2. Manter, durante todo o prazo de execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na fase de habilitação da licitação.
3. Assumir todos os encargos de possível demanda trabalhista, cível ou penal relacionada ao fornecimento, sendo de inteira responsabilidade do fornecedor a contratação de funcionários necessários à perfeita execução do fornecimento.

4. Receber os valores que lhe forem devidos pelo fornecimento dos produtos, na forma disposta neste Termo de Referência.

CAPÍTULO XII. DAS EXIGÊNCIAS PARA REALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS

1. Os serviços de migração de dados deverão ser executados por profissionais com no mínimo as seguintes certificações:

- 1.1. Oracle Database Certified Implementation Specialist;
- 1.2. Oracle Database Performance and Tuning Implementation Specialist;
- 1.3. Oracle Database Administrator Certified Professional;
- 1.4. Oracle Database Performance Tuning Certified Expert;
- 1.5. Certificação PMP - Project Management Professional – reconhecida pelo PMI – Project Management Institute;

2. Os atestados acima deverão ser entregues antes da reunião inicial do projeto ("kickoff").

3. As exigências acima são necessárias pois os serviços a serem realizados pela CONTRATADA são extremamente críticos para o Órgão. Os profissionais precisarão manusear dados em produção e realizarão serviços que exigem um alto grau de especialização para que sejam desempenhados com a qualidade esperada.

CAPÍTULO XIII. DEMAIS INFORMAÇÕES ACERCA DA CONTRATAÇÃO EXIGIDAS PELA RESOLUÇÃO N.º 182/2013 – CNJ (ART. 18, § 3º, INCISO II)

O presente Termo de Referência tem por objetivo a aquisição de solução integrada única para banco de dados Oracle, a ser hospedada no DATACENTER DO TRE-MS.

A) MOTIVAÇÃO DA CONTRATAÇÃO:

A máquina que abriga todos os bancos de dados administrativos do TRE-MS (ex.: SEI, IMO2, SGRH, SOS-SAF, ASIWEB), possui atualmente algumas deficiências:

- equipamento com garantia do fabricante expirada;
- espaço em disco disponível para os dados não está mais em níveis adequados (uso passou de 80%);
- backup completo do software de banco de dados (Oracle) utiliza um script que tira do ar os sistemas por pelo menos 4 horas na semana;

Diante do exposto, acredita-se ser necessário atacar tais deficiências, aumentando a segurança e a disponibilidade de tais dados.

B e C) OBJETIVOS E BENEFÍCIOS A SEREM ALCANÇADOS:

Ao concluir essa contratação o TRE-MS passará a ter os seguintes benefícios:

- Equipamento que hospede os principais bancos de dados do TRE-MS, com garantia;
- Espaço em disco disponível dentro de nível adequado (abaixo de 80% de utilização);
- Realização de backups da máquina de Banco de Dados administrativos, sem parada;

D) ALINHAMENTO DA SOLUÇÃO:

A solução escolhida auxiliará no alcance do objetivo estratégico "Melhoria da infraestrutura e governança de TIC", constante do PEI 2016-2021. E, atende às necessidades de TI, uma vez que auxiliará no alcance do objetivo estratégico de TI "Melhoria da infraestrutura e governança de TIC", constante do PETI 2016-2021.

Dessa forma, a aquisição de equipamento desenvolvido e otimizado pela fabricante do Oracle para o TRE-MS visa aumentar a disponibilidade dos sistemas, tanto para as unidades da Justiça Eleitoral de MS, como para a sociedade. Logo, esta contratação está totalmente alinhada com o objetivo estratégico supracitado.

E) Os estudos preliminares que nortearam a presente contratação encontram-se no Processo SEI nº 0007088-11.2020.6.12.8000.

F) RELAÇÃO ENTRE A DEMANDA PREVISTA E A SER CONTRATADA:

A demanda prevista era aumentar a segurança e disponibilidade dos dados dos sistemas administrativos hospedados no TRE-MS.

A demanda a ser contratada é exatamente o necessário para atender à essa demanda urgente.

G) SOLUÇÕES DISPONÍVEIS NO MERCADO:

- Aquisição de equipamento de empresas fabricantes de hardware multiuso e TRE-MS realizando os serviços de instalação e configuração: o TRE-MS vem realizando este tipo de contratação há muitos anos, porém, já enfrentamos diversos problemas nessa forma de abordagem, entre eles: 1) montagem de máquinas multiuso para abrigar o banco de dados Oracle do TRE-MS; 2) problemas na instalação; 3) problemas na configuração e migração de uma máquina antiga para uma máquina nova. 3) O TRE-MS apesar de ter adotado esta STIC em vezes anteriores, não possui expertise para realização das tarefas anteriores de forma otimizada, a fim de extrair o máximo de performance do software e do hardware. Portanto, esta STIC demonstrou-se por diversas vezes incapaz de atender da melhor forma às demandas do Órgão.

- Aquisição de solução integrada única desenvolvida pela fabricante do software de Banco de Dados Oracle (software este já em uso pelo TRE-MS), bem como serviços de instalação e configuração realizado por parceiro da fabricante, por pessoal capacitado: trata-se de um sistema integrado de gerenciamento, computação, rede e armazenamento criados desde o começo para atender o software de banco de dados Oracle. Esta STIC proverá mão de obra especializada na realização dos serviços, provendo como um bônus a melhora expressiva na performance das aplicações administrativas. A solução única deverá ser entregue por apenas uma empresa. Isso se deve ao fato de que a solução possui partes que se complementam. Entregar apenas o equipamento ou somente o serviço, em caso de algum problema com um dos itens específicos durante a licitação, acarretará em alto risco para o Órgão.

Devido ao equipamento atual que hospeda os dados administrativos já estar fora de garantia, não será analisada a possibilidade de virtualização do banco de dados, uma vez que tal STIC iria demandar mais estudos e novas configurações que atrasariam a entrega da demanda urgente elencada neste estudo preliminar e iria expor por um período maior o Órgão a risco de parada dos serviços.

Diante do exposto, esta equipe de planejamento optou por coletar orçamentos apenas para a STIC "Aquisição de solução integrada única desenvolvida pela fabricante do software de Banco de Dados Oracle (software este já em uso pelo TRE-MS), bem como serviços de instalação e configuração realizado por parceiro da fabricante, por pessoal capacitado". A escolha da STIC da Oracle, visa proteger o investimento já realizado, uma vez que o TRE-MS já possui licenças do software de banco de dados Oracle e o DBA do Órgão possui cursos de utilização do software de banco de dados Oracle.

H) O objeto do certame enquadra-se como aquisição de material permanente (4490.52) de natureza comum no mercado e Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação – PJ (3390.40).

I) Para esta aquisição não haverá parcelamento do objeto.

I.1) Para esta aquisição não haverá parcelamento do objeto, pois será adquirido somente uma unidade do produto impossibilitando a aplicação do percentual de 25% de cota para ME/EPP. Além disso, o sucesso da implantação da Solução (uso integral de toda a potencialidade técnica da Solução), depende de cada componente da Solução a ser adquirida, sejam eles componentes principais ou acessórios.

I.2) A indicação da marca da solução se dá em virtude de que a solução de software de banco de dados da Oracle já está em uso no TRE-MS, sendo mantida desta forma a máxima compatibilidade e homogeneidade, garantindo assim maior agilidade no gerenciamento, manutenção e integração entre o software de banco de dados já em uso no TRE-MS e os componentes da solução a ser adquirida.

J) A solução apresenta especificação comum no mercado, tratando-se, portanto, de material comum, cujo padrão de desempenho e de qualidade foram objetivamente definidos, conforme previsto no § 2º do art. 3º do Decreto 3.555/2000. Sendo assim, a contratação se dará na modalidade de Pregão, nos termos da Lei 10.520/2002, na sua forma Eletrônica, que está regulada pelo Decreto 10.024/2019, satisfazendo-se, desse modo, os comandos contidos no § 1º do art. 1º do mencionado Decreto.

Art. 1º Este Decreto regulamenta a licitação, na modalidade de pregão, na forma eletrônica, para a aquisição de bens e a contratação de serviços comuns, incluídos os serviços comuns de engenharia, e dispõe sobre o uso da dispensa eletrônica, no âmbito da administração pública federal.

§ 1º A utilização da modalidade de pregão, na forma eletrônica, pelos órgãos da administração pública federal direta, pelas autarquias, pelas fundações e pelos fundos especiais é obrigatória.

No que tange à escolha do tipo de licitação, por se tratar de material comum, padronizado e facilmente encontrado no mercado, não resta outra opção a não ser o do tipo MENOR PREÇO. A forma e o critério de seleção do fornecedor já se encontra indicada no Capítulo I (Pregão/menor preço); sendo que na fase de habilitação será exigida a comprovação da regularidade perante a Fazenda Nacional, a Seguridade Social, o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS e Justiça do Trabalho, além de Declaração de que a empresa não utiliza menores de 18 (dezoito) anos para trabalho noturno, perigoso ou insalubre; nem menores de 16 (dezesesseis) anos para qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 anos, em conformidade ao disposto no inciso XXXIII, do artigo 7º da Constituição Federal. Também será exigido atestado de capacidade técnica e certificações dos profissionais que realizarão os serviços (estes últimos no momento da contratação).

K) O TRE-MS já possui local adequado para a instalação da solução, não causando impacto ambiental.

L) Não há conformidade técnica ou legal a ser exigida nesta contratação.

M) As obrigações contratuais, os papéis a serem desempenhados por cada envolvido na contratação e a dinâmica do fornecimento constam deste Termo de Referência e da minuta do contrato a ser lavrada oportunamente pela Seção de Contratos. Da transferência de conhecimento e dependência técnica: o TRE-MS possuirá independência tecnológica de operacionalização (haverá repasse de conhecimento). Para realização dos serviços acessórios (instalação, configuração e migração), a equipe técnica que os executará deverá possuir a seguinte qualificação:

1.1. Oracle Database Certified Implementation Specialist;

1.2. Oracle Database Performance and Tuning Implementation Specialist;

1.3. Oracle Database Administrador Certified Professional;

1.4. Oracle Database Performance Tuning Certified Expert;

1.5. Certificação PMP - Project Management Professional – reconhecida pelo PMI – Project Management Institute;

Nesta contratação serão adotados os modelos (templates) já utilizados por este Tribunal, no presente caso citamos a minuta do contrato, minuta do modelo de identificação complementar do licitante. A descrição dos direitos de propriedade intelectual e autorais dos produtos gerados não se aplicam neste caso, uma vez que este certame não visa desenvolvimento de software, mas somente a aquisição de solução.



Documento assinado eletronicamente por **GUSTAVO LEITE PINHO**, Técnico Judiciário, em 22/10/2020, às 16:28, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **ÉRIKA MURACKAMI DUARTE DA ROSA**, Técnico Judiciário, em 22/10/2020, às 16:29, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site http://sei.tre-ms.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0911464** e o código CRC **707F1981**.